

Conceitos e Invariabilidade: a Proposta de Hardy-Vallée

Concepts and Invariability: Hardy-Vallée's Proposal

Patrícia Azevedo Gonçalves¹

Resumo: A presente revisão teórica teve por objetivo apresentar a Teoria dos Conceitos proposta por Hardy-Vallée (2013), a qual se ancora nas noções de invariação, critério, aquisição, formato, organização e função como dimensões delimitadoras de um conceito. Dentre estas, buscou-se focalizar as relações e as implicações teóricas da noção de invariância/invariabilidade dos conceitos, abordando-os em seus aspectos de natureza psicológica (como particular mental), metafísica (como substância do mundo extramental) e linguística (como conjunto de inferências autorizadas resultantes de um *common ground*). Concomitantemente, a fim de situar a discussão proposta pelo teórico na história da Filosofia da Linguagem, colocamos suas ideias em diálogo com autores nominalistas, realistas e conceptualistas, desde a filosofia grega até a linguística contemporânea. Portanto, este apanhado teórico visa contribuir para a História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 1992; 2009), ao buscar compreender a constituição do conceito enquanto saber metalinguístico e importante instrumento de cognição e construção social do conhecimento.

Palavras-chave: Conceitos; Teoria dos Conceitos; Invariância; Filosofia da Linguagem; Hardy-Vallée.

Abstract: This literature review aims to present the theory of concepts, proposed by Hardy-Vallée (2013), which is anchored in notions such as invariation, acquisition, format, organization, and function as dimensions to delimit a concept. Among them, we aimed to focus on the theoretical implications and relations of the concepts' invariation/invariability notion, approaching it through aspects of psychological (as mental particular), metaphysic (as substance of the extramental world), and linguistic (as set of authorized inferences resulting from a common ground) nature. At the same time, in order to situate the discussion proposed by the author in the history of philosophy of language, we put together his ideas with those of nominalist, realistic, and conceptualistic authors, from Greek philosophy to contemporary linguistics. Therefore, this theoretical review aims to contribute for the history of linguistic ideas (AUROUX, 1992; 2009), by trying to comprehend the concept's constitution as metalinguistic knowledge and an important cognition and social knowledge construction tool.

Keywords: Concepts; Theory of Concepts; Invariance; Philosophy of Language; Hardy-Vallée.

Apontamentos Iniciais

Em Platão (2016), temos os conceitos em sua existência mental e ideal. Para Aristóteles (2013), as formas são imanentes aos objetos. Em Hardy-Vallée (2013), temos o conceito em uma acepção funcional, enquanto termo técnico ou de uso didático. Kant (2015), por sua vez, fez dele um esquema dinâmico para o pensamento,

¹ Doutoranda em Linguística (PUC-RS). Graduada em Letras (UFRGS, especialista em Ensino de Língua Portuguesa (PUCRS), mestra em Gramática e Significação (UFRGS). E-mail: patricia.goncalves87@edu.pucrs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1442-8185>.

e não apenas uma configuração estática. Para Deleuze (1988)², criar “seus” conceitos significa construir “sua” própria filosofia; portanto, é uma atividade criadora que permite inventar novas formas de pensar, de sentir, de ver, de conceber, de perceber, enfim, de compreender o incompreensível (FERREIRA, 2013).

A necessidade de compreender, que nos parece óbvia hoje, se construiu com a história e a necessidade de dar sentido. Para produzir um conjunto de conhecimentos sobre um objeto, criamos conceitos – estas ferramentas mentais que, podemos dizer, nascem com a linguagem e criam mundos. Mundos no plural porque há uma diversidade de línguas e de indivíduos que as falam (FERREIRA, 2013, p. 11).

A partir da necessidade humana de dar sentido, estes escritos pretendem fazer uma revisão acerca da noção de *conceito*, conforme o que propõe Hardy-Vallée (2013), em diálogo com teóricos da Filosofia, da Linguística e da Filosofia da Linguagem. Cabe sinalizar que a estrutura da reflexão aqui proposta terá como fio condutor o pensamento do autor em sua obra *Que é um conceito?*; portanto, a abordagem do tema não responderá, necessariamente, a uma ordem cronológica, pois, em se tratando de Filosofia da Linguística, os contornos temporais são fluidos: ora é preciso avançar na direção das contribuições da Linguística e da Filosofia contemporâneas; ora é preciso retornar às bases do pensamento grego, dos estudos do medievo, da filosofia iluminista e dos filósofos da época moderna, considerando-se que “as grandes transformações dos saberes linguísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela procedem” (AUROUX, 1992, p. 29).

Para Silva (2008, p. 53), uma análise no escopo da História das Ideias Linguísticas pode ser empreendida de duas formas (“concebidas por uma variedade de modelos expositivos”): a primeira daria ênfase à história interna do pensamento linguístico, a fim de contribuir para a evolução da própria Linguística e sua descrição; a segunda, por sua vez, daria ênfase à história externa do pensamento linguístico, estudando o contexto histórico-social em que as ideias linguísticas foram desenvolvidas. Neste estudo, inscrevemo-nos na primeira possibilidade, pois, tal qual

² Abecedário de Gilles Deleuze: entrevistas concedidas à jornalista Claire Parnet em 1988-1989 e exibidas na TV Arte (canal franco-alemão) entre novembro de 1994 e maio de 1995.

apontam Baldini, Ribeiro e Ribeiro (2018), acerca dos princípios metodológicos adotados por Auroux (1992; 2009), objetivamos uma “definição puramente fenomenológica do objeto” (BALDINI; RIBEIRO; RIBEIRO, 2018, p. 16), considerando o que discutiu, ao longo da história, sobre a noção de conceito, sem nos debruçarmos, necessariamente, sobre a historicidade dos autores, dada a limitação quanto à extensão deste artigo.

Dito isso, passemos à apresentação da estrutura desta revisão teórica: na primeira seção, buscar-se-á apresentar alguns pressupostos para a compreensão da Teoria dos Conceitos proposta por Benoit Hardy-Vallée (2013), quanto ao seu papel na atividade cognitiva, assim como as relações que se estabelecem entre os conceitos e as dimensões que os caracterizam. Desta, adentraremos o cerne da reflexão aqui proposta – *o caráter invariável dos conceitos* –, seção que será sucedida pelas considerações finais e as referências que sustentaram este estudo.

Pressupostos para uma Teoria dos Conceitos

Em sua doutrina das *categorias* (σχήμα), Aristóteles (2016) estabeleceu uma lista de diferentes maneiras de se atribuir uma propriedade a dado elemento: pode-se defini-lo precisando sua natureza/substância, sua qualidade, seu lugar de ação, etc. Zingano (2013, p. 226) comenta que as categorias aristotélicas “exprimiriam os tipos básicos de predicação, estando, desse modo, comandadas pela estrutura sintática da língua”.

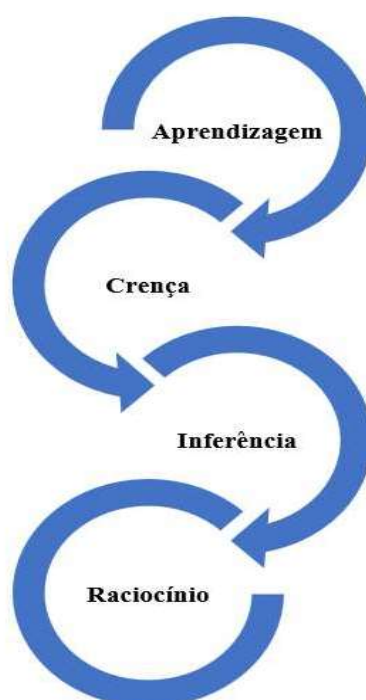
Apresentando os *conceitos*, de modo inicial, como ideias abstratas e gerais que nos permitem pensar a unidade de uma diversidade de fenômenos, Hardy-Vallée (2013, p. 16) os define como “um conhecimento geral que transcende a particularidade das percepções ao mesmo tempo que permite dar sentido a elas”.

Para o autor, um conceito representa uma categoria de objetos, eventos, situações, podendo ser expresso por um ou mais vocábulos. Trata-se da unidade primeira do pensamento e do conhecimento, posto que só pensamos e conhecemos na medida em que manipulamos conceitos (HARDY-VALLÉE, 2013). Evidentemente, aqui convém problematizar que este *manipular conceitual* não se dará,

necessariamente, de modo consciente. Basta pensarmos em uma criança que, desde tenra idade, já edifica um conceito de *mãe*. Não se trata de uma abstração em sentido estrito, mas da construção de um protótipo a partir de sua interação com o mundo, de sua experiência empírica.

Para Hardy-Vallée (2013), os conceitos estão no centro da atividade cognitiva:

Figura 1 – Atividade Cognitiva segundo Hardy-Vallée (2013)



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Para o autor, a *aprendizagem* seria a aquisição de conceitos; a *crença* é uma atitude cognitiva acerca da proposição (em que conceitos são articulados) cujo conteúdo recebe a aderência do sujeito; a *inferência*, por sua vez, trata-se da aplicação de conceitos (a objetos, a percepções, etc.); enquanto o *raciocínio* é um correlacionamento de inferências. Aqui, nos valem das palavras de Lajonquière (2013, p. 101), para quem:

as estruturas aprendidas resultam do encontro, do equilíbrio da aprendizagem em particular com o funcionamento da assimilação e acomodação dos sistemas cognitivos, ou seja, da aprendizagem de maneira geral e não só espontânea.

Nesse sentido, ao abordar o problema da definição e de sua aquisição por outros meios além das inferências advindas do compartilhamento social, Hardy-Vallée (2013) aponta que há outras relações esclarecedoras descritas em dicionários, que auxiliam a constituição da significação, como a *sinonímia*, que busca significações aproximadamente equivalentes; a *antonímia*, que diz respeito a significações contrárias; a *homonímia*: em que ocorre de uma mesma palavra ter significações diferentes; e a *figura*: metáfora, metonímia e todos os outros tropos que supõem a ficção de uma significação primeira a partir da qual as outras podem ser derivadas.

Buscando traduzir de forma sintética o que a História da Filosofia construiu acerca dos *conceitos*, Hardy-Vallée (2013, p. 20) afirma:

Os conceitos são universais abstratos, organizados sistematicamente, que aplicam a representação de propriedades invariantes de uma categoria a objetos particulares em função de um critério. O conceito serve a diferentes funções epistemológicas (inferência, categorização, gnosiologia, linguagem) e metafísicas (taxonomia normativa e modalidade).

A fim de instrumentalizar a compreensão da noção de *conceito*, visando a uma síntese em relação às diferentes teorias, o autor propõe cinco dimensões de aferição (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 19):

- (i) *O invariante*: o conceito é um universal que representa particulares. Para representar a categoria dos cães, por exemplo, o conceito deve indicar certas propriedades que não variam entre estes, isto é, qualidades possuídas por todos os membros da categoria;
- (ii) *O critério*: para se julgar que um ser pertence à categoria dos cães, o conceito deve especificar uma regra que permita estatuir sobre a inclusão da coisa/do ser na categoria;
- (iii) *A aquisição e o formato*: o conceito é uma representação abstrata. Essa abstração pode ser adquirida por diferentes vias e representar a categoria sob diferentes formatos no espírito. Nas teorias do conceito, as posições quanto à aquisição e ao formato frequentemente se emparelham;
- (iv) *A organização*: as coisas podem ser agrupadas em categorias, e as categorias também podem, por seu turno, ser agrupadas em categorias de

ordem superior. Essas hierarquias conceituais podem constranger as condições de posse de um conceito;

- (v) *A função*: além da categorização, é possível atribuir várias funções a um conceito.

Feita esta breve apresentação sobre os postulados do autor, nos dedicaremos à reflexão sobre o caráter *invariável* dos conceitos, em suas implicações internas a uma Teoria dos Conceitos e em sua relação com as contribuições de diferentes autores ao longo da história da Filosofia da Linguagem.

Invariabilidade dos Conceitos

O *invariante*, segundo Hardy-Vallée (2013), costuma se subdividir em duas acepções: a *uniformidade* e a *estabilidade*. Compreender a invariância supõe o conhecimento de propriedades que se aplicam a todos os membros da categoria, isto é, pressupõe uma visão uniforme acerca de dados elementos/seres. Assim, ao conceituar “árvore”, detemo-nos naquilo que é uniforme, que não varia de uma árvore para outra: funções vitais, sua anatomia. Para Descartes (2018), a estabilidade, enquanto experiência de pensamento, pressupõe a compreensão, a identificação daquilo que é estável em determinado elemento. Pensemos numa folha de papel: se nela riscamos, se a amassamos, continua sendo uma folha de papel; sua alvura ou sua lisura não são elementos constitutivos estáveis, apesar de perceptíveis por nosso sistema sensorial (visão, tato).

Acerca do *invariante*, Hardy-Vallée (2013) ainda apresentará posições de três tipos: o *psicológico*, o *metafísico* e o *linguístico*, os quais não são exclusivos ou excludentes. Na primeira concepção, o invariante é tido como um particular mental; na segunda, como uma substância que existe num mundo extramental, físico ou transcendental; já na terceira, é uma norma social linguística expressa pelo conjunto das inferências autorizadas por um conceito.

Podemos fazer uma aproximação da dimensão *psicológica* com o que Aristóteles (2013) chamará de faculdades pelas quais o espírito é cindido: percepção,

emotividade, memória, imaginação, desejo, razão, vontade. Para Ferreira (2013, p. 8), “a noção de conceito designa *a priori* uma categoria do entendimento que é a faculdade de ligar as sensações graças a categorias”.

Quanto à dimensão *metafísica*, Descartes (2018) adverte que as qualidades perceptivas de um elemento podem induzir a crenças que não são verdadeiras. Logo, as coisas só podem ser concebidas pelo entendimento e de modo algum pela percepção. Assim, o filósofo postula uma divisão entre faculdade perceptiva e faculdade intelectual, estando os conceitos circunscritos à ordem da segunda. Parmênides (*apud* HARDY-VALLÉE, 2013, p. 27), na Grécia Antiga, já sublinhava a distinção entre raciocinar e perceber: “quando um bastão mergulhado na água é percebido como se estivesse quebrado, a percepção nos engana, ao passo que essa ilusão é suplantada pelo poder da razão”. Embora a percepção e o raciocínio sirvam para dar ao homem uma representação do mundo, suas natureza e função se distinguem: “A primeira só daria acesso às propriedades mutantes, enquanto a segunda nos dá acesso às propriedades estáveis (eternas)” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 27).

A esse respeito, temos a asserção aristotélica:

O conceito (*logos*) não é, pois, uma representação sensível; ele pode ser expresso pela definição (*orismos*), que explicita o conteúdo do conceito. O conceito do homem é o universal, no sentido de que permite saber que um homem é um animal bípede sem plumas, enquanto a definição da palavra “homem” é sua expressão linguística (ARISTÓTELES, 2016, p. 153).

Para os nominalistas do período medieval, o conceito era um *signo*, no sentido amplo de aquilo que está no lugar de outra coisa (*aliquid stat pro aliquo*):

Os universais [...] – isto é, as espécies e os gêneros – como o cavalo em geral, o animal em geral – são identificados precisamente a signos no espírito, em vez de a naturezas comuns que existiram fora do intelecto [...] (PANACCIO, 1996, *apud* HARDY-VALLÉE, 2013, p. 31).

Entretanto, os nominalistas mais radicais negam a possibilidade de um universal “mundano” ou mental: “somente as realidades linguísticas ou conceituais

são ocorrências singulares e não existe nenhuma universalidade fora das palavras” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 31).

À ideia de que o nome significa por *convenção*, Crátilo opõe a tese segundo a qual ele só pode significar *por natureza*. Entendamos com isso que um nome só pode significar se contiver uma propriedade inerente à própria coisa; de certo modo, ele imita as coisas e não temos escolha se quisermos utilizar o justo termo (AUROUX, 2009, p. 16, *grifos do autor*).

Para Kant (2015), o *conceito* é uma espécie heteróclita: não há apenas um tipo de conceito, mas três: os conceitos empíricos, os conceitos puros/categorias do entendimento e as ideias da razão. Só é possível possuir um *conceito empírico* por meio da experiência, pois este é um tipo de conhecimento sempre *a posteriori*. Já os segundos são tidos como *puros*, porque neles não resta nenhum conteúdo perceptivo; são *a priori* no sentido de que são independentes da experiência. São funções abstratas que nos permitem *julgar*; são conceitos universais e necessários, essencialmente lógicos (HARDY-VALLÉE, 2013). Tal como as categorias do entendimento, as ideias da razão dão conta de aspectos mais gerais, entretanto, incidem sobre objetos/seres, como o conceito de *deus*.

Outra noção cara à teoria kantiana e que tem uma importante implicação para a compreensão dos conceitos diz respeito aos *esquemas*, oriundos da faculdade da imaginação e de sua operação. Para Hardy-Vallée (2013), o *esquematismo* se constitui como uma chave para o problema da aplicação dos conceitos. Acompanhemos o exemplo apresentado por ele a partir do conceito de *prato*:

Quando *imaginamos* um prato, passamos do universal ao particular. É a partir do conceito PRATO que a imaginação gera uma representação visual de um prato (uma imagem mental de um prato particular ou uma representação visual mais abstrata, como uma forma redonda curvada).

Quando *percebemos* um prato, a imaginação também intervém: a partir de uma sensação visual, nos damos conta de que se trata de um prato. Passamos do universal ao particular, aplicando o conceito ao percepto³, mas, ao mesmo tempo, do particular ao universal,

³ Percepto: “Aquilo que é percebido” (SALATIEL, 2006, p. 84).

subsumindo o percepto sob o conceito (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 38, *grifos do autor*).

Nas palavras de Eco (1998), o esquema será o mecanismo que conecta o conceito à representação empírica: é o que permite compreender dando-se conta, bem como dar-se conta para compreender. Portanto, em Kant (2015), a imaginação não é reprodutiva, mas *produtiva*. Quando percebemos um objeto em particular, por exemplo, não é uma faculdade que reproduz imagens diferentes desse objeto, mas uma faculdade que dispõe de métodos de construção de representações (HARDY-VALLÉE, 2013). Conforme a compreensão de Auroux (2009, p. 86, *grifos do autor*), “há sistemas nos quais as *definições são criadoras*, [...] nos quais o poder de dedução do sistema pode mudar segundo as definições introduzidas: antes e depois da introdução da definição, não se deduzem os mesmos teoremas”.

Em sua dimensão *metafísica*, o invariante não é tido como um signo, mas existe de forma autônoma. Podendo ser considerada como uma oposição ao nominalismo, esta concepção realista se constitui a partir de três gêneros: o *realismo das ideias*, o *realismo das substâncias* e o *realismo dos pensamentos*.

Platão (2016) estabeleceu que as variações pertencem a dois mundos diferentes: ao mundo físico (*horaton*) e ao mundo ideal (*noeton*), no qual encontramos a essência, eterna e imutável. “O conhecimento autêntico só é possível se se conhece a essência da coisa” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 43). O filósofo clássico professa, desse modo, um realismo das essências ou dos universais, em que as naturezas comuns existiriam fora do intelecto.

Já quanto ao *realismo das substâncias*, podemos evocar, na epistemologia, autores do realismo científico, como Putman (1992). Para eles, “as propriedades invariantes de uma categoria são realidades descritas por uma ciência empírica” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 45).

Por fim, quanto ao *realismo dos pensamentos*, trazemos à discussão Gottlob Frege (2009). Negando o pensamento enquanto representação, o lógico traça a seguinte crítica: “Se todo pensamento precisa de um portador de quem ele é o conteúdo da consciência, ele é o pensamento desse único portador e não existe nenhuma ciência comum a vários indivíduos” (FREGE, 2009, p. 184). Logo, o conhecimento passa pelo pensamento, mas não é nem uma representação subjetiva,

nem algo material. Para o autor, a verdade não pode existir no mundo das representações mentais, pois “o pensamento não é percebido nem possuído, nem sequer produzido pelo sujeito, mas *apreendido* por ele enquanto entidade objetiva” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 47).

Hardy-Vallée (2013), ao retomar a lógica fregeana, adverte quanto à distinção entre pensamento e enunciado: o pensamento “a mesa é grande” é diferente do enunciado “a mesa é grande”, sendo o primeiro subjetivo e intangível, ao passo que o segundo é concreto, um enunciado é uma sequência de *marcas físicas*, com a particularidade de serem *signos*: estão no lugar de alguma outra coisa; tem um *sentido* e uma *referência*.

Para Frege (2009, 103-104, *grifo do autor*), “o sentido de um signo linguístico é o *modo de apresentação* da referência, que nos é dado por nosso conhecimento da língua”. Nesse mesmo sentido, afirma Auroux (2009, p. 106):

[...] não há nenhum “fato” que nos permita determinar uma significação *ex abrupto*. Ela não é isolável e depende do aparato linguístico que cerca o uso dessa ou daquela palavra (por exemplo, dêiticos, determinantes, gênero, concordância, etc.).

As noções de *sentido* e *referência*, portanto, nos permitem pensar nas relações existentes entre pensamento e enunciado: o pensamento é o sentido do enunciado, o modo como a referência do enunciado é apresentado. Interessa, pois, seu valor de verdade. Logo, “a referência não incide sobre um dos elementos do enunciado, mas sobre a pertinência da relação de subsunção entre os dois” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 49).

De acordo com o quadro proposto por Frege (2009), o conceito é compreendido como uma *função* (no sentido matemático), que tem argumentos e valores particulares:

- (a) *função*: expressão incompleta, falta-lhe algo para ter valor, um argumento;
- (b) *argumentos*: são objetos das funções-conceitos;
- (c) *valores de verdade*: são os valores das funções-conceitos, referências dos enunciados.

Assim, o conceito liga objetos e valores de verdade. Para Strawson (1975, p. 265), “dar a significação de uma expressão [...] é dar diretivas para a sua utilização na confecção de asserções verdadeiras ou falsas”. Ao postular tais construtos, segundo Hardy-Vallée (2013), Frege (2009) rompeu os vínculos entre a lógica e a psicologia dos conceitos. Vejamos a síntese da teoria fregeana proposta pelo autor:

Quadro 1 – Teoria Fregeana do Sentido e da Referência

SIGNOS		SENTIDOS	REFERÊNCIAS	EXEMPLOS
Simples	Nome	Sentido (critério de identidade ou descrição definida)	Objeto	nome: “Aristóteles”
	Termo Conceitual	Sentido (definição)	Conceito	termo conceitual: “é um filósofo”
Compostos	Enunciado	Pensamento	Valor de verdade	enunciado: “Aristóteles é um filósofo.”

Fonte: Adaptado de Hardy-Vallée (2013, p. 52-53).

Partidário de uma visão metafísica, Frege (2009) acabou por postular que as propriedades mentais, por serem internas e subjetivas, não passam de epifenômenos: “podemos ter acesso a essa realidade-mais-do-que-real, mas a realidade desses invariantes é independente de nosso aparato cognitivo” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 52).

Entretanto, cabe a advertência de Auroux (2009, p. 107) sobre o caráter não definitivo da referência:

Em outros termos, não é apenas a “significação” que é “indeterminada”, é também a referência. O simples gesto de apontar com o dedo um objeto verde para ensinar o tempo geral concreto “verde” (“é verde”) não difere do gesto que faríamos para ensinar o termo singular abstrato “verde” (“isso é verde”). Contudo, eles seguramente não têm a mesma referência; o primeiro é verdadeiro de vários objetos, o segundo, de um objeto só. A simples observação empírica não basta para decidir entre as duas interpretações: assim como a significação é indeterminada, a referência é inescrutável.

Avancemos, agora, para a *compreensão linguística*, ainda sob a égide do pensamento fregeano. Para o autor, nosso acesso ao conhecimento passa pela

linguagem e, portanto, pelos signos linguísticos. De acordo com Hardy-Vallée (2013, p. 54), “essa capacidade linguística de governar os signos é um pré-requisito para o conhecimento tanto quanto possuir uma faculdade intelectual é um pré-requisito para ter acesso ao mundo platônico”. Para Frege (2009), por fim, há uma última invariância linguística: o emprego da palavra.

Gramáticos, linguistas, lexicólogos e lógicos superaram tecnicamente a dificuldade ao abordá-la por meio do estabelecimento de relações das palavras entre si e das palavras com os objetos. Podemos definir a “significação” de uma palavra com outras palavras (“o homem é um animal racional”), como fazem os dicionários, e até vincular essa significação aos objetos e passar da *definição de nome* à *definição de coisa*, estabelecendo regras (“a definição deve convir ao que é individualmente definido e a tudo o que seja definido”) (AUROUX, 2009, p. 54, *grifos do autor*).

A fim de encaminhar o encerramento de nossa reflexão acerca do caráter invariável dos conceitos sob a luz da obra *Que é um conceito?*, de Benoit Hardy-Vallée (2013), resta estabelecer diálogo com os nominalistas radicais, em especial com Wittgenstein (2017) e Putnam (1992).

Para o primeiro teórico, o pensamento não é visto como uma atividade que apenas aplica representações gerais a representações particulares. Wittgenstein (2017, p. 33) considera que “a característica essencial do pensamento é ele ser uma atividade que utiliza signos”, os quais são *linguísticos*: “cada palavra tem uma significação. Esta significação é agregada à palavra. É o objeto que a palavra substitui”.

Em sua concepção, tem-se uma imagem mental, à qual ele chama de *sintoma*, cuja definição pode ser sintetizada como “um evento ou uma propriedade que acompanha um(a) outro(a), mas que não constitui uma prova da presença da coisa” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 56). A imagem mental pode ser um exemplo de sintoma: sua identificação não garante que o indivíduo saiba o que é determinada cor. Determinante para a *definição* de algo, será o conceito de *critério*: “um critério é uma condição que nos permite julgar com certeza a presença de uma coisa”. Ao usar determinada cor como traço caracterizador e/ou distintivo, compreender e construir

frases com ela é que materializaremos nossa compreensão sobre esta enquanto conceito.

Putman (1992), em direção semelhante, afirma que uma análise dos conceitos mentais não é suficiente para a compreensão de um conceito: as “sensações privadas não passam de epifenômenos, de sintomas” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 58). Indo adiante, defende que a referência e a significação são sociais.

Hardy-Vallée (2013), em sua “síntese da Teoria dos Conceitos”, continua seu percurso etimológico, histórico e metodológico sobre as quatro dimensões restantes que postula para a compreensão dos conceitos enquanto construtos teóricos, noção linguística tão cara ao pensamento filosófico e científico. Nossa reflexão, entretanto, encerra-se por aqui, reafirmando a importância de se traçar contornos claros quanto ao caráter universal, invariável dos conceitos, pois estes nos permitem construir bases científicas sólidas, assim como desenvolver a cognição humana como um todo.

Considerações Finais

Esta revisão teórica teve por objetivo apresentar a Teoria dos Conceitos proposta por Hardy-Vallée (2013), lançando luzes, principalmente, à questão do caráter invariável dos conceitos. A partir de um percurso histórico (mas não cronológico), buscou-se revisitar os principais filósofos que se aventuraram, da Grécia Antiga à contemporaneidade, a compreender a construção do conhecimento e sua materialização/constituição por meio da linguagem, tendo em vista que:

o saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (AUXOUR, 1992, p. 12).

Portanto, sintetizamos aqui os postulados de diferentes correntes de pensamento, as quais foram distribuídas entre as dimensões *psicológica*, *metafísica* e *linguística*, conforme seu posicionamento acerca da problemática aqui abordada.

Sem desconsiderar que “cada vez que um instrumento é transferido de um ramo da ciência a outro, ou de uma ciência para outra, esse instrumento é de alguma forma reinventado” (HENRY, 2014, *apud* BALDINI; RIBEIRO; RIBEIRO, 2018, p. 23), procuramos contemplar a espacialidade e temporalidade (NUNES, 2008) da complexa e instigante relação deste construto para a história do conhecimento, o qual possibilita “um processo de descoberta e de representações do mundo por meio da língua e da linguagem” (SILVA NETO; OLIVEIRA, 2019, p. 1585), visando, ainda, contribuir para a História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 1992; 2009), ao buscar compreender a constituição do conceito enquanto saber metalinguístico e importante instrumento de cognição e construção social do conhecimento.

Assim, ao sermos interpelados pela questão posta pelo autor em tela neste estudo – *afinal, o que é um conceito?* – tomamos de empréstimo as palavras de Alice Ferreira (2013, p. 12): “O conceito não pode ser visto como conclusão: ele é introdução”.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramaticalização*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.
- AUROUX, Sylvain. *Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Parábola, 2009.
- ARIST-ÓTELES. *Da interpretação*. São Paulo: UNESP, 2013.
- ARISTÓTELES. *Órganon*. São Paulo: UNESP, 2016.
- BALDINI, Lauro; RIBEIRO, Thales de Medeiros; RIBEIRO, Karine de Medeiros. ⁴História das ideias linguísticas e análise do discurso: o corte epistemológico. *Fragmentum*, n. 52, p. 15-33, jul./dez. 2018.
- DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Edipro, 2018.
- ECO, Humberto. *Kant e o Ornitorrinco*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- FERREIRA, Alice Maria Araújo. Prefácio. In: HARDY-VALLÉE, Benoit. *Que é um conceito?* São Paulo: Parábola, 2013. p. 7-12.
- FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: EdUSP, 2009.
- HARDY-VALLÉE, Benoit. *Que é um conceito?* São Paulo: Parábola, 2013.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LAJONQUIÈRE, Leandro de. *De Piaget a Freud: para uma clínica do aprender*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

- NUNES, José Horta. Uma articulação da análise do discurso com a história das ideias linguísticas. *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107-124, jul./dez. 2008.
- PLATÃO. *Diálogos VI: Crátilo (ou Da Correção dos Nomes), Cármides (ou Da Moderação), Laques (ou Da Coragem), Ion (ou Da Ilíada), Menexeno (ou Oração Fúnebre)*. São Paulo: EDIPRO, 2016.
- PUTNAM, Hilary. *Razão, verdade e história*. Rio de Janeiro: Dom Quixote, 1992.
- SALATIEL, José Renato. Peirce e Kant sobre categorias: dedução metafísica e reviravolta semiótica. *Cognitio Estudos*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 79-88, jan./jun. 2006.
- SILVA, Shirley Cabarite. História das Ideias Linguísticas: o que é? *Philologus*, Rio de Janeiro, a. 14, n. 41, p. 49-55, maio/ago. 2008.
- SILVA NETO, Antônio Cilírio; OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado. Ideias Linguístico-Filosóficas de Conceituação de Substantivos e Adjetivos. *Philologus*, Rio de Janeiro, a. 25, n. 75, p. 1585-1592, set./dez. 2019.
- STRAWSON, Peter F. *Escritos lógico-linguísticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logic-Philosophicus*. São Paulo: Ed. UNESP, 2017.
- ZINGANO, Marco. As categorias de Aristóteles e a doutrina dos traços do ser. *Dois Pontos*, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 225-254, out. 2013.

Recebido em: 30/10/2020

Aceito em: 23/03/2021